**INCLUSÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA PARA PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN**

Maria Dajuda Alves dos Santos - dayalvessantos@hotmail.com

Drª…Anna Cecília Coord. Pedagogia

aceciliateixeira@uol.com.br

**RESUMO**

Busca informar acerca da inclusão com alunos deficientes na rede regular de ensino, com enfoque nos alunos portadores da Síndrome de Down. O debate sobre a inclusão escolar no Brasil tem a cada dia provocado muitas polêmicas. Um de seus maiores desafios é proporcionar parceria com a educação de crianças que apresentam alguma necessidade especial e por isso precisam de um atendimento mais atencioso. Argumenta que estabelecerão um novo olhar em direção à inclusão e especialmente à educação especial. A fim de discutir de maneira clara e objetiva sobre a inclusão, proponho-me a contextualizar as raízes históricas desse movimento.

Palavras-Chave: Educação especial. Educação inclusiva. Síndrome de Down.

**ABSTRACT**

It seeks to inform about the inclusion with disabled students in the regular network of education, focusing on the students with Down Syndrome. The debate about school inclusion in Brazil has provoked many controversies every day. One of their greatest challenges is to provide a partnership with the education of children who have a special need and therefore need more attentive care. He argues that they will take a new look at inclusion and especially at special education. In order to discuss clearly and objectively about inclusion, I propose to contextualize the historical roots of this movement.

**Keywords**: Special education. Inclusive education. Down's syndrome.

**1 INTRODUÇÃO**

O modelo de educação no Brasil esteve em constante transformação durante anos, apesar de muitos educadores seguirem uma única corrente no intuito de educar brilhantemente seus alunos, faz- se necessário uma transformação que seja de fato diferente e desafiadora para os dias atuais. A maioria das escolas no Brasil tem idealizado a multiplicidade de diferenças religiosas, étnicas, sociais e culturais. No entanto em um mundo em constante transformação toda a sociedade em que vivemos atualmente precisa idealizar o conceito de igualdade e equidade e fazer isso na prática principalmente na escola.

Somos todos diferentes com subjetividade única e nos tornamos ainda mais humanos quando aceitamos positivamente as diferenças uns dos outros, essa aceitação de diferença de gênero faz com que acabamos nos considerando iguais uns aos outros por sermos humanos. Existe um desafio do processo de inclusão que está presente em todos os seguimentos da educação, seja na escola pública ou particular, em todas as modalidades de ensino.

O objetivo da inclusão nesse caso é: incluir sem restringir as diversidades de raça, cor, gêneros, etnias, crenças e religiões. Inclusão vai além de aceitação, envolve o respeito e amor ao próximo.

Segundo Mantoan (2005 p. 26) "Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro".

Quando o educador decide fazer uma mudança radical em sua profissão de um simples professor para um perfil de um professor inclusivo. Ele começa ressignificar o seu papel como educador tanto do ambiente escolar, da educação e de práticas pedagógicas que estão presente no contexto excludente do nosso ensino, independente dos níveis. Ao iniciar o processo de inclusão escolar faz necessária uma formação específica nessa área do profissional, visto que, esta atitude não acopla um paradigma tradicional de educação, sendo o educador considerado como luz e como um espelho para os alunos, não apenas como um simples orientador.

A partir de uma maneira clara e simpatizante o educador apresenta seu papel e sua função, tornando-o importante na formação de cidadão com valores e atitudes, capacitados no aspecto do conhecimento e na construção do conhecimento. Desse modo, a busca da educação inclusiva rompe os paradigmas do ensino tradicional.

Por meio da inclusão são rompidas barreiras e os limites superados estendendo não somente aos alunos com necessidades especiais, mas a todos que compõem a escola, alcançado o sucesso no processo educativo geral. Causa justa para todos os envolvidos no processo inclusivo que acreditam nesta mudança de perspectiva educacional.

Este trabalho tem como principal tema a inclusão escolar de aluno com Síndrome de Down, por meio de observação e pesquisa busca compreender o processo de inclusão educacional e as estratégias e didáticas que influenciam na aprendizagem, desenvolvimento e desempenho cognitivo.

Esta linha de pesquisa foi escolhida por fazer parte de uma real vivência profissional, sendo relevante tratar desta pesquisa e desenvolver uma base teórica acerca deste assunto tão pouco explorado, mas muito importante para discussão e investigação, a fim de preparar melhor para o trabalho, especialmente ao um dos assuntos abordados para esse estudo, que é a Síndrome de Down.

Este tema levanta inúmeros debates acerca das vantagens e desvantagens, pondo em evidência polêmicas entre o que é certo ou errado na inclusão entre especialistas e educadores. Existem autores que abordam que os alunos com deficiência precisam estar inseridos na inclusão, em classes de ensino regular. Contudo, há outros, que se mantêm em posição contrária, ou seja, veem a inclusão não como uma forma viável na realidade do cotidiano.

1.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um impulso na educação inclusiva foi à declaração de Salamanca1994. A proposta visava à inclusão de todas as crianças portadoras de necessidades especiais na escola, mas, para que isso de fato acontecesse, era preciso uma transformação na rede de ensino.

A visão do processo de inclusão defende que ninguém independente de diferenças ou necessidades especiais se dividisse. A educação inclusiva diverge do conceito de educação, a qual se distingue num grupo que inclui escolas e unidade especiais, além de integração das crianças com adequado apoio. A especialidade do ensino especial nunca deixou de existir em todo estabelecimento ligado ao ensino, seja ela regular ou especializada, a necessidade do especial nunca deixou de ser estudada.

Como ressaltado na introdução desta pesquisa, trabalhar com a igualdade e respeito não tem sido uma tarefa fácil. Principalmente em instituições que oferecem o ensino regular, ainda não conseguiram adaptarem-se aos alunos de necessidades especiais, a inclusão não tem avançado como deveria. Será que a preocupação está ligada principalmente em formar e criar condições adequadas para a realização desse trabalho?

Além deste aspecto, a maioria dos professores, principalmente os que estão mais de um tempo na educação, são resistentes a um novo paradigma, pois exige especialização e atuação diferente daquela que eles já conhecem. Quando se ouve falar de educação inclusiva é importante se perguntar primeiro o que se entende por educação e posteriormente por inclusão.

**Educação**: Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano (Larousse).

**Inclusão**: 1. Compreender, abranger. 2. Estar incluído ou compreendido; fazer parte inserir-se (Aurélio).

A educação não é restrita apenas para o que se conhece de “Portadores de Necessidades Especiais” (PNEE), mas sim se estende a todos. Portanto, a educação especial é para todos, não havendo necessidades de outro conceito, diferente de educação.

Para que as escolas assumam o desafio da inclusão é necessário que haja a ampliação e estruturação para receber o número considerável de educandos com necessidades especiais, além de um esforço por parte do educador em se atualizar com o ensino a ser ministrado e de como a avaliação dessa classe deverá ser concebida. Quando a escola trabalha com a ideia inclusiva, ela propõe uma maneira de considerar que todos os alunos são iguais, considerando é claro, as necessidades de cada um.

O autor Rosseto (2005, p.42) afirma que:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificado o suficiente para que possa maximinizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais educativas especiais.

De acordo Mrech (2001, p. 5), O conceito de Inclusão é;

Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns e aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os docentes a aturem de forma criativa com as crianças portadoras de deficiência e por fim propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.

Torna-se fundamental sabermos a definição de que é, afinal, a Educação Especial da qual a inclusão, agora, é linha mestra.

A educação especial no Brasil segue os pressupostos formulados pela [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/50319541-62a6-4c5c-961b-d8f054c6ebc8/Default.aspx) (LDB), lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define a educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. A educação especial é uma modalidade de educação considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento (definição dada pelo MEC).

Ela prevê, portanto, uma rearticulação da educação com a pretensão de formular métodos que atendam às crianças com necessidades especiais, e que estas estratégias não sejam usadas apenas pela criança especial, mas por toda comunidade escolar.

O aparecimento dessas diretrizes está presentes claramente nas leis e nos documentos que abordam o tema sobre a questão escolar. Estão presentes na [Constituição Federal](http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/86ba8980-2c3c-4216-818e-2b1819941fd8/Default.aspx), nas leis do estado e municípios, como também no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na [LDB](http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/50319541-62a6-4c5c-961b-d8f054c6ebc8/Default.aspx).

Todos esses documentos asseguram com unanimidade que a educação é pra todos e de que aqueles que detêm de alguma deficiência devem ser inseridos preferencialmente na rede regular de ensino. Contudo, a escola não é obrigada realizar matrícula de alunos com necessidades especiais; a lei existe, e, portanto, é legal, havendo inclusive penalidade para quem a descumprir. A lei n. 7.853, de 1989, sancionada um ano após a Constituição de 1988, recrimina a rejeição, partindo da instituição escolar, de aceitar a matrícula de uma criança deficiente ou não aceitar a permanência de criança já matriculada.

De fato, para que a lei cumpra suas pretensões é necessário que a sociedade e cada um de seus cidadãos a façam valer. È muito importante cumprir cada um com o seu papel de direitos e de deveres. Faz-se necessário, por exemplo, que quando os pais perceberem que o seu filho está sendo recusado no ambiente escolar, e detectarem que os direitos de seus filhos foram lesados, procure se informar através do Ministério Público ou Conselho Tutelar a respeito da legitimidade da recusa. O Ministério Público orienta quanto aos procedimentos dos pais, no caso da matrícula do filho ser rejeitada, é o de documentar a recusa, através da apresentação de pedido de matrícula por escrito.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, foi criada a cartilha com o nome “O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino”, pela Procuradoria Federal dos direitos do cidadão. Nela está voltada orientações acerca do direito à educação, servindo também como fonte de pesquisa para docentes e pais, principalmente para aqueles que estão diretamente ligados à pessoas com necessidades especiais.

1.2 INTEGRAÇÃO ESCOLAR

Em 1969, nos países Nórdicos compostos pela [Noruega](http://pt.wikipedia.org/wiki/Noruega), [Suécia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Su%C3%A9cia), [Finlândia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Finl%C3%A2ndia), [Dinamarca](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dinamarca) e [Islândia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Isl%C3%A2ndia) despertaram-se os movimentos em favor da integração de crianças com deficiências.

Nem sempre na situação de integração escolar é possível trabalhar os alunos com deficiência em turmas de ensino regular, pois há uma prévia seleção para que esta inserção ocorra. Para isso, são indicados vários tipos de avaliações, e a redução dos objetivos voltados para a educação para compensar as dificuldades de aprender. Sendo assim, escola não muda como um todo, mas os discentes precisam se adaptar às mudanças que lhe são exigidas.

Mantoan (2003, p. 24) em relação à integração escolar cita que,

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

A compreensão de integração escolar está sendo realizada de diversas formas. O crescimento no número de estudos que se referem à integração na escola leva a muitas interrogações em que se diz respeito às ideias de cada caso que surge no dia a dia escolar.

Uma estrutura educacional sob o título de *sistema de cascata*, que propõe o aluno a oportunidade em qualquer situação de integração é o que traduz o termo integração. O sistema integracional é baseado na individualização de programas de instituições, os quais necessitam passar por adaptações que supre as necessidades de cada aluno com ou não algum tipo de deficiência.

Em suma, a integração escolar é uma forma condicional de inserção que depende do aluno, isto é, do nível de adaptar-se ao sistema de ensino, a sua inserção, seja em sala de ensino regular ou em classe direcionada para o aluno especial, ou mesmo em instituições especializadas. O esquema escolar quase não é questionado quando se trata do assunto da inclusão de alunos portadores de alguma deficiência.

**2 INCLUSÃO ESCOLAR**

Existem teorias de diferentes perspectivas em relação à inclusão na escola. A proporção deste tema tem ganhado maior destaque nos últimos tempos, tendo em vista a grande quantidade de crianças inseridas nas escolas chamadas “regulares” que são portadoras de necessidades especiais. O processo desta inclusão mobiliza a sociedade como um todo olhar para as diferenças do ser humano, partindo do pressuposto que o indivíduo é plural e não uniforme nem igual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, recomenda que os alunos com alguma deficiência sejam inseridos nas escolas de ensino regular e o Brasil tem sinalizado que a educação inclusiva fará parte desta recomendação, isto é, participará deste processo de transformação mesmo que não tenha sido uma tarefa fácil, mas possível. O entendimento de inclusão é diferenciado de integração, pois passa a ser um processo transformador e desafiador para a escola. Sem exceção, a inclusão trabalha a vida educativa e social de todos os discentes, de acordo com a capacidade de cada um.

Ao se discutir a inclusão, não é preciso fazer uso de práticas específicas do ensino escolar para a dificuldade de aprender. A aprendizagem é alcançada dentro dos limites de cada aluno, e se de fato, o ensino for bem planejado e executado, cabe ao educador explorar as possibilidades da aprendizagem de seus aprendizes.

As escolas propõem uma série de maneiras para a ministração de educar a alunos deficientes, uma vez que inclui um aluno especial a um grupo que anteriormente não foram excluídos. O conceito que podemos chegar para a inclusão mediante a tudo o que já vimos e lemos sobre o caso, é de que se trata de um processo interativo e gradual. Como já ressaltado anteriormente, a inclusão passa a ser a certeza de que não há semelhanças entre o ser humano, ou melhor, todos são diferentes e é isto que caracteriza cada um. Assim, o aluno passa a ser compreendido com único, que tem o seu próprio momento, um histórico singular e especial.

Tudo que gira em torno da inclusão, principalmente as dificuldades que surgem para a sua implantação, formam outras teias que ligam umas as outras, o que gera para o aluno a exclusão.

Segundo Beyer (2006, p. 9) “a deficiência é uma situação de vida que, ainda que constituído um estado permanente, não deve definir os atributos individuais”. É importante conhecer em termos de necessidades especiais o que o aluno apresenta, entretanto não se deve apenas procurar a formação para dizer que o educador é especializado ou não em educação inclusiva. O professor nunca deve esquecer de que sob uma deficiência há um ser pensante e se trabalhado, capaz de alcançar o aprendizado. Incluir um aluno especial não quer dizer que vai igualá-lo a um que não seja, mas vai mostrar a ele que tem direito a aprendizagem como qualquer outro que não esteja em sua condição de vida.

2.1 O PORQUÊ DA INCLUSÃO ESCOLAR

Para revertermos à situação em que se encontra em grande parte das instituições escolares, é preciso que o termo inclusivo não seja restrito, isto é, todos devem ter a oportunidade de estar inseridos nela, de modo que quem precisa do atendimento especial não se sinta excluído nem tampouco discriminado. Resta-nos respeitar as diferenças de cada um, assim como gostamos que respeitassem as nossas, sejam elas quais for.

A inclusão provoca uma crise na identidade do professor, pois faz com que ele também faça parte da transformação da qual é necessária para identificar o aluno especial, pois o aluno de uma escola inclusiva não tem uma identidade fixa, cabendo ao educador ajudá-lo a encontrar.

A escola regular é o local apropriado para garantir ao aluno o seu direito, tendo deficiência, pois quebra qualquer discriminação e oportuna a todo o indivíduo independente de suas diferenças. Quem classifica e categoriza crianças com deficiência não tem a ideia do fracasso que isto pode gerar. É importante refletirmos sobre estas questões de forma cuidadosa, pois de alguma forma somos responsáveis na construção de um cidadão, pois abraçamos a educação não como obrigação, mas por opção. O primeiro passo, para a criação de uma escola de qualidade para todos sem distinção é aceitar a diversidade de cada um e suas diversas maneiras de aprender, pois todos tem este direto de desenvolver suas habilidades e mostrar que são capazes. Sassaki (2005, p. 13) conclui que:

Uma escola inclusiva parte do pressuposto que toda criança poderá estudar nela. A escola está disposta a se modificar para aceitar qualquer pessoa. Há outra maneira de ensinar, avaliar, designar atividades. É aquela que sente que é papel da escola se adaptar aos alunos. Diante de uma criança surda, contrata-se um intérprete de sinais, ao cego oferece-se material em braile; ao cadeirante, carteiras compatíveis; à pessoa que necessita de digitar o aprendizado, providencia-se um computador... Além disso, à criança com dificuldade de aprendizado, adapta-se a metodologia de ensino, para que possa alcançar todo o conteúdo.

Discutir a integração escolar na modalidade de ensino regular, permeando com a integração na sociedade, muito se tem debatido nas últimas décadas por todo o mundo ocidental. Na última década, o que também tem se assistido é o notável movimento crianças com necessidades especiais no contexto educativo regular.

Pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação, mostra que houve uma intervenção entre 1982 até 1992 ao atendimento aos alunos de Educação especial. O atendimento era 79% contra 29% a frequentar a escolas separadas do sistema regular, isto em 1982.

Toda esta tendência é baseada num sentimento de "normalidade" existente na sociedade em geral, ou seja, de acordo com este ideal, os pequenos conseguem desenvolver melhor suas habilidades quando se inserem num grupo de outros com a mesma capacidade, porém não é fácil explicar se levar em consideração que uma criança que tem deficiência mais aguda, como a cegueira e surdez, obviamente não terá o mesmo desenvolvimento.

Estas diferenças levam a que os pais e professores tentem impedir que esses indivíduos sofram preconceitos por parte das outras crianças matriculadas no ensino regular. Desta forma, considera-se que esse grupo estaria menos exposto e o processo no ensino-aprendizagem destes personagens seria melhor, quando incluído num pequeno grupo orientado por pessoal técnico especializado.

Hoje, constata-se que crianças frequentadoras de escolas de ensino especial, também sofrem agressões verbais e não verbais de seus colegas, o que se presencia num sentimento de inferioridade a dos outros alunos.

Muitos destes jovens que passam os seus anos de escolaridade em escolas especiais tornam-se dependentes do regime de proteção, quando terminam a escolaridade, demonstram incapacidade de tomar qualquer decisão por iniciativa própria, necessitando sempre de alguém que os defenda e os proteja em diferentes meios em que se encontra.

Mas, as crianças e os jovens com necessidades educativas não necessariamente devem ser inclusos em salas regulares e esperar que a "normalidade" volte automaticamente. “É necessário estruturar e desenvolver estratégias adequadas para que uma criança “especial” possa ser incluída” numa situação em que todos a sintam "mais normal" como, por exemplo, a planificação e desenvolvimento de arranjos no ambiente físico e no ambiente social; escolher componentes que precisam estar no ambiente escolar, investigação no ambiente que o aluno frequentará, verificação no papel do professor como iniciador das interações no âmbito social e posteriormente revisão dessas interações, estudo do maior ou menor estrutura das atividades próprias na sala de aula.

**3 A INCLUSÃO E O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN**

O discurso acerca da inclusão ainda é um campo complexo que depende de muitas pesquisas e muitos estudos. Para Mendes (1999, p. 14), apesar da posição favorável à “*escola inclusiva*”, podem detectar em certidões de legalidade, o acordo entre o campo pedagógico e escolar implícitas na inclusão não ocorre como deveria.

De acordo com Mendes (1999, p. 14),

As propostas não garantem competência à escola para ensinar alunos com necessidades educativas especiais. Elas até podem favorecer a inserção desses alunos nas classes regulares, mas não garantem que eles irão permanecer, ou que irão aprender o que lá será ensinado, e muito menos que terão equiparadas suas oportunidades de desenvolver todas as suas necessidades.

Entende-se que se a educação é um fator relevante para a vida do indivíduo, e uma educação de qualidade e que atenda as necessidades de educação especial, é fundamental para aqueles que são portadores de deficiência mental, pois eles têm uma condição intelectual que intelectual inacabada, tendo uma lentidão no processo do desenvolvimento intelectual. O que é importante ressaltar que não se pode defender que a criança com deficiência tem que se adaptar ao ambiente escolar, pelo contrário, é a escola que precisa adaptar à realidade e às condições do aluno com deficiência. O sistema de ensino não deve excluir a totalidade dessa criança. Segundo Fonseca (1995, p. 202) afirma que “… estigmatizando-as com a desgraça, rotulando-as com uma doença incurável ou marcando-as com o sinal de inferioridade permanente”.

Outro meio de inserir uma criança portadora com algum tipo de deficiência é a inclusão. A inclusão não discute somente as políticas da educação especial, mas também o conceito de integração. Os debates acerca da inclusão tem sido pauta de múltiplas opiniões; de um lado encontram-se os que afirmam que a inclusão é um processo em que todos os alunos, independente do grau de capacidade são inseridos na classe de ensino regular; por outro, há aqueles que pensam que este termo deve ser repensado para melhor inserção.

A inclusão e a integração são noções compatíveis, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O termo inclusão, algumas vezes, parece ser utilizado apenas para renumerar integração, considerando que o melhor é a colocação do educando especial com o ensino regular, enquadrando aos pré-requisitos da classe. Um dos objetivos da inclusão é a de não excluir nenhum aluno do ensino regular, desde a pré-escola. As escolas inclusivas têm uma proposta que considera as necessidades de todos os alunos que pode constituir a sociedade educacional, porque o limite não é somente direcionado àqueles com dificuldades de aprendizagem, mas abrange todos: família, professores e toda a escola.

Segundo Mantoan ( apud, Forest et Lusthaus, 2001 p.17 )**,** afirma sobre o termo inclusão que “o caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado. Nesse sentido, a inclusão sugere que a escola é que precisará de adaptações às necessidades dos discentes, para concretizar a sua metáfora – o caleidoscópio.

Por outro lado, de acordo com Martins (2002, p. 156), a síndrome de Down não é uma doença, portanto, não se pode falar que a criança conseguirá se curar por meio de tratamentos específicos. Segundo o autor, “a síndrome de Down é uma condição de vida do indivíduo, um estado biológico alterado, em decorrência de anormalidades cromossômicas”. Sendo assim, o indivíduo que sofre tal alteração, terá essa síndrome. A maioria das crianças portadoras dessa síndrome, até tempos atrás, era impossível fazer com elas pudessem a se escolarizar. Elas eram consideradas como deficientes mentais, classificadas como ineducáveis, e os professores desse grupo não considerava o campo da deficiência intelectual (MARTINS, 2002, p. 156). A educação da criança com SD inicia-se com a estimulação, passa pelo ambiente escolar, até chegar ao treinamento profissionalizante, visando a sua inclusão num ambiente produtivo, fazendo com ela seja inserida em um lugar com a menor restrição possível (Martins, 2002, p.156).

Uma forma importante é trabalhar com a criança com SD nos quatro processos cognitivos – percepção, atenção, memória e por fim, a organização de itinerários mentais. Fica claro, por meio de pesquisas realizadas para este estudo, que a educação de uma criança com essa síndrome não é um processo fácil, e isto se deve a deficiência mental presente nesse indivíduo. Faz se necessário, muitas vezes, usar recursos especiais e adaptar-se à realidade dessa criança.

A criança que apresenta Síndrome de Down, na maioria das vezes, inicia um estímulo por meio de fisioterapia. O portador dessa síndrome é capaz de compreender suas limitações e passam a entender quais são dificuldades. Entretanto, a maioria deles toma iniciativas e tem autonomia, não necessitando, por exemplo, que os pais ou qualquer outra pessoa, oriente o que deve ou não ser realizado.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade dessas pessoas participarem e interferirem com certa autonomia, de forma que o deficiente e o normal são parecidos em suas diversas deficiências. A síndrome de Down (deficiência mental) é confundida por muitos, como uma doença mental (paranoias e esquizofrenias), o que não é verdade. Essas duas vertentes são completamente distintas. O portador de SD não sofre surtos, não tem ataques e nem convulsões, sendo possível o convívio com ela, pois oferecem a oportunidade de entender as pessoas, especialmente de criança para criança.

A partir do momento em que as crianças compreendem que nem todas são iguais, deixam de lado as brincadeiras cruéis e passam a ser amigas, e isto é muito importante para o desenvolvimento mental e intelectual, principalmente para aquelas que são portadoras da SD. A construção do conhecimento, dos números e das letras dessas crianças, obviamente é mais lenta, mas a compreensão do que está à sua volta é compatível com qualquer outro indivíduo que não se enquadram nesse grupo.

As crianças com deficiência não são alunos problemas. Elas são pessoas que desafiam à capacidade do educador e da escola, a fim de oferecer uma educação igualitária, sempre respeitando as diferenças e limitações de cada um. Os portadores com necessidades especiais, principalmente as com Síndrome de Down, que foi o foco deste trabalho, tem muito a ganhar em termos sócio afetivos permanecendo no ensino regular, porém, na maioria das vezes, as escolas não estão preparadas, têm poucas alternativas para apreender os conteúdos em sala de aula.

O desafio não é deixar a criança com Down em escola X ou escola Y, mas evitar que ela seja excluída, e ao mesmo tempo, incentivá-la em seu desenvolvimento não só intelectual, mas também, o emocional. A criança portadora da SD, assim como qualquer outro indivíduo são distintas entre si, tanto na personalidade, quanto em relação aos mais variados interesses e habilidades.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 Através desse trabalho pode-se observar como é importante a inclusão escolar. A aprendizagem de um aluno portador da Síndrome de Down fica mais fácil com a implantação da inclusão, podendo ocorrer tanto na escola, ou qualquer outro lugar. Quando a criança está inclusa ela se sente capaz de demonstrar suas habilidades, mesma quando essas habilidades são limitadas, assim, conseguindo ela desenvolver confiança em suas ações.

Portando, a inclusão escolar é fundamental para as crianças com Down, permitindo que as mesmas, sintam-se acolhidas, comunicativas e que assim, possam ser inseridas em um contexto social como de fato é abordado nos conceitos do Ministério da Saúde.

**REFERÊNCIAS**

BEYER, H. O. A Educação Inclusiva: Ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Revista Educação Especial**. Brasília, n. 02, ago. 2006.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil],** Brasília/DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**.  São Paulo: Paz e Terra, 1978.

FONSECA, V. (1995). **Educação Especial**: programa de estimulação precoce – Uma introdução às ideias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér.  **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer?  São Paulo: Moderna, 2003.

MRECH, Leny Magalhães.**O Que é Educação Inclusiva ?** Disponível em: <<http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm>>. Acesso em 03 agosto 2017.

ONU. **Declaração de Salamanca**.  Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/doc\_decl\_salamanca.asp>  Acesso em: 02 agosto 2017.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos, rio de janeiro: WVA, 1997

MOVIMENTO DOWN. Disponível em:<http://www.movimentodown.org.br/2013/02/diretrizes-de-atencao-a-pessoa-com-sindrome-de-down/>. Acesso em: 01 de outubro de 2017

NOVA ESCOLA. <<https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

Pós-Graduando(a) em educação Inclusiva, pela Rede Doctum de Ensino, 2017.